

1 Reunião da Comissão instituída pela Resolução nº 054/2017 do CONSEC, tendo como
2 objetivo a análise da Divisão das Macrorregiões, realizada em vinte e nove 29 de
3 agosto de dois mil e nove 2019, na sala de reunião da Superintendência da Secretaria
4 de Estado da Cultura, sito à Rua Ébano Pereira, 240, Centro, Curitiba, Paraná, contou
5 com a presença dos (as) seguintes conselheiros e conselheiras: Fabrício Ferreira (SECC),
6 Helcio Luiz Wendler Kovalesk (Campos Gerais), Leonardo Franceschi Ferreira (Música),
7 Soraya Lucas do Amaral (Nordeste), Deivid Carlos Santos Lima (Literatura), Jeferson
8 Ayetta de Miranda (Audiovisual), Elietti de Souza Vilela (SECC), Danilo Buss (SECC). Às
9 quinze horas e trinta minutos o diretor Fabrício Ferreira cumprimentou a todos os
10 presentes, apresentou a pauta da reunião, contextualizou a divisão das macrorregiões
11 da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e mencionou estudo realizado pelos
12 técnicos da época que resgatou o processo histórico de ocupação espacial/temporal do
13 território que deu origem ao surgimento da diversidade sociocultural e, por
14 consequência, artística do povo paranaense, sendo possível perceber sua identidade
15 cultural, por meio de oito Regiões Histórico-Culturais. Contudo, lembrou ele, sobre a
16 possibilidade de alteração destas divisões, visto que o conselho é soberano em suas
17 decisões e, portanto, sempre serão respeitadas. Lembra os senhores conselheiros que
18 qualquer alteração a ser realizada, deve ter embasamento no processo histórico-
19 cultural, visto tratar-se da regionalização da cultura, no Paraná. Aponta que, enquanto
20 gestor público, é seu dever lembrar sobre o impacto que uma possível mudança desta
21 regionalização pode causar no cronograma de lançamento do edital do PROFICE. No
22 entanto, frisou que se trata apenas de um alerta de governo e não uma influência na
23 decisão do conselho. Dando sequência, a Conselheira Soraya questionou a função do
24 conselho na representação dos municípios, assim como a falta de definição na política
25 pública no sentido de articulação de rede e segmento, independente da divisão das
26 macros. A conselheira Elietti apontou que as demandas dos seguimentos culturais
27 foram ouvidas por meio das audiências públicas. De outro lado o diagnóstico
28 institucional da Secretaria de Estado da Cultura apontou um vácuo institucional na
29 capacidade de resposta e de interação com os municípios. Dr. Fabrício complementou
30 que isto também se deve pela falta de núcleos da secretaria. A Conselheira Elietti
31 informou que para suprir esta demanda estão sendo tomadas medidas, tais como:
32 instituir, no âmbito da SECC, uma unidade programática de coordenação do sistema
33 estadual de cultura, tendo como atribuições o assessoramento técnico operacional aos
34 municípios na implantação dos componentes da cultura e que, no nível regional, como
35 sugerido pelos participantes das audiências públicas, serão instituídos os FÓRUM
36 REGIONAIS PERMANENTES DE DIRIGENTES DE CULTURA. A conselheira Soraya
37 questionou como irá ocorrer a criação dessa coordenação, se por meio de pólos ou
38 isoladamente. A conselheira Elietti explicou que os fóruns serão regionais, de acordo
39 com a divisão histórica cultural do Paraná. Dando sequência o técnico da Secretaria
40 Danilo Buss foi convidado a apresentar o estudo elaborado pela equipe de
41 Assessoramento Técnico, sobre as diferentes regionalizações, utilizadas pelas
42 Secretarias de Estado, levou em consideração suas especificidades. Iniciou sua
43 apresentação com a divisão geográfica defendida pelo IBGE – Instituto Brasileiro de
44 Geografia e Estatística indicou a divisão de vinte nove regiões imediatas, seis
45 intermediária e trinta e nove microrregiões. Apresentou a divisão das Regiões
46 metropolitanas, atualmente o Paraná conta com oito regiões, tais como, Curitiba (vinte
47 e nove municípios), Apucarana (vinte e três municípios), Campo Mourão (vinte e cinco

48 municípios), Cascavel (vinte e quatro municípios), Londrina (vinte e cinco municípios),
49 Maringá (vinte e seis municípios), Toledo (dezoito municípios) e Umuarama (vinte e
50 quatro municípios). Relatou sobre as divisões administrativas utilizadas pela Casa Civil,
51 formada por vinte e duas unidades territoriais polarizadas que visam dar apoio às
52 ações e ao planejamento governamental, principalmente na descentralização dos
53 processos decisórios. Esclareceu sobre as regiões turísticas, sendo no total quatorze,
54 que serão utilizadas como instrumento de orientação para atuação do Sistema
55 Nacional de Turismo. Mostrou a divisão da Secretaria da Justiça, Cidadania e Família,
56 que organiza – se por meio de vinte e duas regionais, enquanto a Secretaria de
57 Educação utiliza trinta e duas unidades regionais, dado a intensidade da ação
58 educacional do Estado em todo território paranaense; as Secretarias de Saúde e de
59 Agricultura utilizam vinte e duas macrorregiões. Por sua vez, a Secretaria do
60 planejamento, trabalha com seis Regiões de Gestão e Planejamento (RGP's), foram
61 definidas a partir do estudo denominado 'Os Vários Paranás', elaborado pelo IPARDES.
62 Estas regionalizações visam à racionalidade na ação governamental, principalmente no
63 que tange a dados e indicadores econômico-sociais para efeitos comparativos e de
64 estabelecimento de séries históricas, fundamentais para a análise, discussão,
65 formulação, execução, acompanhamento e avaliação dos programas, atividades, ações
66 e projetos que embasam as políticas públicas de governo. Por fim, foi apresentada a
67 divisão histórico cultural do Estado que pauta-se nas seguintes premissas: Segundo
68 historiadores consultados à época, essa ocupação espacial/temporal refletiria o
69 surgimento da diversidade sociocultural e, por conseqüência, artística do povo
70 paranaense. Sendo assim, a primeira região a surgir e ser representada é o litoral do
71 Paraná, em segundo lugar Curitiba (Região Metropolitana de Curitiba) e o Primeiro
72 Planalto (Região dos Campos Gerais); terceiro - Região das Tropas (Região Centro-Sul);
73 Norte Pioneiro (Região Nordeste); o Norte Novo (Região Noroeste); o Sudoeste do
74 Paraná (Região Sudeste) e Oeste (Região Oeste), totaliza- se oito Regiões Histórico-
75 Culturais. Acrescentou que, durante as reuniões regionais e audiências públicas
76 realizadas houve demandas em relação à potência das cidades e seus produtores
77 culturais devido à população dos municípios e, em conseqüência, criou-se uma matriz
78 que levasse em consideração a distribuição regional e a situação demográfica. Neste
79 ponto o conselheiro Leonardo defendeu manter a região do litoral intocável, dado o
80 seu processo histórico, visto que não conhecia a realidade das demais regiões. Danilo
81 citou sobre os impactos de alteração desta divisão das macros, no conceito histórico-
82 cultural, seja na possibilidade de aumentar, redividir ou adequar as divisões,
83 lembrando o processo histórico de deliberação que deu-se por audiências públicas
84 além do estudo apresentado que respeitaram as especificidades, características
85 culturais e históricas de cada região. Relata que na lei 17.063 de dois mil e doze que
86 institui o conselho, leva em consideração a divisão histórico-cultural atribuindo oito
87 cadeiras para o conselho, assim como o Plano Estadual também é fundamentado por
88 essa divisão. Salaria a possibilidade de alteração nas divisões com o intuito de
89 aperfeiçoar e atender às necessidades do conselho. Mas, pondera os impactos
90 imediatos na hipótese de alteração, ou seja: necessidade de um anteprojeto de lei
91 para submeter à Assembléia Legislativa do Paraná; novas audiências públicas;
92 alteração da composição do conselho respeitando a paridade, de acordo com as
93 orientações do Sistema Nacional de Cultura; atraso no 3º edital do PROFICE;
94 instabilidade regulamentar do decreto 6161 gerando ilegalidade ao aumentar o

95 número de macros e ferindo a lei do Plano Estadual de Cultura. A conselheira Elietti
96 complementa que a divisão das macros não se trata só números de municípios, mas
97 estratégia operacional para política pública de cultura. A conselheira Soraya não
98 defende alterar a regionalização e sim pensar junto com os conselheiros, ações para
99 dar sentido à representação dos municípios, para uma melhor gestão. Sugere mudança
100 na gestão pública de políticas para as macrorregiões, da necessidade do contato com
101 os conselheiros e da importância do fórum de gestores nas macros. Dr. Fabrício citou
102 do papel do Estado na articulação com os municípios através da implantação de um
103 fórum dos gestores nas macros. A conselheira Elietti comentou a sugestão dada nas
104 audiências da criação de um fórum permanente de gestão de políticas públicas de
105 cultura. A conselheira Soraya informou sobre o apelo do interior em relação à cultura.
106 Dr. Fabrício diz que os apelos estão sendo ouvidos, pensados e refletidos e que o
107 conselho deve ser referência para os atores da cultura. A conselheira Soraya relatou da
108 realidade das secretarias municipais, no sentido de isolamento das ações culturais do
109 Estado para o interior, da falta de um plano cultural e diálogos, da desqualificação,
110 despreparo e a interferência política que comprometem as ações culturais nos
111 municípios. Comenta que as secretarias do interior possuem dinheiro destinado para a
112 cultura, mas não sabem como utilizar. Aponta a importância da criação dos fóruns para
113 um melhor aproveitamento e troca de experiências. O Conselheiro Hélcio registrou
114 estar incomodado com a divisão atual, não concorda com a seara histórico-cultural e
115 socioeconômica, apontando que está mais sectária do que dividida. Questionou como
116 operacionalizar as propostas culturais do conselho junto aos municípios. Criticou as
117 pautas que predominam ações do governo do Estado sem participação da sociedade
118 ou município em todo o histórico de atuação do conselho. Registrou que espera que as
119 proposições nas próximas reuniões do conselho contemplem a participação dos
120 municípios e da sociedade. Também apontou a necessidade de subsídio de logística e
121 trabalho aos conselheiros para visitas aos municípios para melhorar a atuação do
122 conselho. Danilo destacou a vigência do Plano Estadual de Cultura de dez anos com a
123 necessidade de acompanhamento e aprimoramentos na política cultural. Acredita que
124 há muito para evoluir até 2027, já que o plano é de 2017 dentro do Sistema Nacional,
125 implicando no Sistema Estadual e Municipal de Cultura. A conselheira Soraya sugeriu
126 reuniões facilitadas pelo Estado para um ato de política pública de gestão, por meio de
127 fóruns regionais junto às macrorregiões, já que o Estado é o agente principal nas
128 questões financeiras, administrativas e de gestão. Dr. Fabrício relatou da importância
129 da implementação do Sistema Estadual de Cultura que está em tramitação para
130 auxiliar a gestão. O conselheiro Hélcio apontou a necessidade de subsídio para as
131 ações. Dr. Fabrício comentou a dificuldade de aporte financeiro como subsídio de
132 forma direta ao conselheiro. A conselheira Soraya informou que existe um espírito
133 colaborativo na economia e acredita no Sistema Nacional de Cultura, sendo um
134 modelo democrático de direito para fortalecer as políticas de macro. O Conselheiro
135 Jeferson relatou sobre a necessidade de revisão do plano com participação dos
136 indivíduos, do conselho e dos setores a cada 4 (quatro) anos ao longo do tempo e não
137 em 2 horas quando se deixa para o último instante do prazo final, falou também da
138 importância da continuidade desse trabalho e a identificação dos municípios com
139 plano, que atualmente é feito de maneira muito artificial. Soraya ressaltou a busca de
140 fortalecimento com base no plano atrelado a leis. Jeferson informou que o conselho
141 sempre esbarrou em questões políticas e desalinhamentos de partidos políticos dos



142 municípios, pois impactam na atuação do conselho. Ressaltou a necessidade das ações
143 constarem no Plano e em leis para assegurar sua realização. Hércio questionou sobre a
144 identidade do conselho estar em jogo, o CONSEC atualmente está ligado ao governo
145 do estado quando deveria ser um colegiado, da necessidade de entender o papel do
146 conselheiro, do processo e de tomar conhecimento do CONSEC. Danilo explicou da
147 importância na articulação com os municípios, em dar conhecimento ao gestor do
148 papel do conselho e sua participação. Dr. Fabrício questionou sobre a questão política
149 nos cargos do conselho, em ser apenas uma indicação política somente para cumprir
150 tabela, criando um lapso. A conselheira Soraya informou da necessidade de criar
151 estratégias de ação para levar a importância do Sistema Estadual de Cultura para o
152 cotidiano das prefeituras, dos conselhos municipais e gestores, por meio de fóruns
153 regionais para troca de informação. Danilo ressaltou a necessidade criação de
154 parcerias com universidades e associações municipais. Relatou a solicitação da
155 Associação dos Municípios dos Campos Gerais a Elietti para envio de um técnico para
156 informar do Sistema Municipal de Cultura. Danilo foi a Ipiranga representando a
157 Secretaria da Cultura para explicar do Sistema Nacional de Cultura (SNC), dando a idéia
158 de conselho, plano e fundo. O Conselheiro Hércio indagou a estratégia para trabalhar
159 com os municípios e sugeriu que seja rotativo ou direto, que a representação do
160 conselho leve informações de cultura de forma retroalimentar, que a cultura seja um
161 agente motriz e que ocorra trocas de experiências com outros conselhos. A conselheira
162 Soraya falou que além de olhar o prisma da cultura, devem focar a análise em realce às
163 macrorregiões. Fabrício informou que a sugestão de atuação por meio de Fóruns
164 Regionais foi acatada e o edital do PROFICE também levará em conta a necessidade de
165 descentralização das ações considerando todas as regiões do Estado. Acrescentou que
166 produtores podem dar cursos para a população que está longe das metrópoles por
167 meio de editais, em resposta à conselheira Soraya. A conselheira Soraya parabenizou a
168 UTFPR pela sua abertura ao convidá-la para ministrar um curso sobre produção
169 cultural. Apontou a idéia de facilitar a capacitação no interior, fazer seminários de
170 controle social com os conselheiros de cultura e a equipe do tribunal de contas.
171 Criticou as dez composições das cadeiras, sendo não muito contemporâneas e sugere
172 uma nova das culturas periféricas e urbanas. Danilo explicou sobre o contexto histórico
173 das áreas culturais discutidas nas treze audiências públicas, sendo demanda da própria
174 sociedade manter dez áreas culturais. Sugeriu que ao invés de trazer dez ou vinte
175 áreas, não trazer detalhamento, e que seja discutida a necessidade dentro da
176 contemporaneidade, de acordo com a demanda do conselho, sociedade e governo. O
177 conselheiro Leonardo ressaltou que as audiências públicas realizadas pela
178 Superintendência de Cultura foram um sucesso o que foi endossado pela conselheira
179 Soraya, que também parabenizou o governo. Dr. Fabrício exaltou o trabalho e as
180 atitudes de Luciana Pereira, enquanto esteve à frente da Superintendência de Cultura,
181 ao longo de sete ou oito meses de sua gestão e se comprometeu com a continuidade
182 deste trabalho. Esclareceu que a fusão não se trata da extinção da Secretaria da
183 Cultura, ressaltando que não foi afetada na sua estrutura e cargos, inclusive foi criada
184 mais uma coordenadoria para fazer a articulação com os municípios. Acrescentou que
185 a comunicação sempre teve o monte de auxiliar o governador na divulgação de suas
186 ações e a cultura não era uma preocupação em primeiro plano. A Conselheira Soraya
187 disse que entenderemos na prática se a fusão realmente trará benefícios para a
188 cultura. O Conselheiro Jeferson citou que devemos saber utilizar esse diálogo da

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a circled '20' and several scribbled marks.

189 cultura com a comunicação, e usar essa abertura com o governo em benefício da
190 cultura. Dr. Fabrício apontou a prioridade na agenda do lançamento do aplicativo
191 como efeito dessa abertura com o governo, assim como verbas liberadas para o Museu
192 de Arte Contemporânea e Museu Paranaense. Hélcio questionou sobre as ações
193 culturais com os agentes culturais: agente cultural não dialoga com o conselho
194 municipal, com outras áreas ou entre si. Sugeriu que as ações sejam potencializadas. O
195 Conselheiro Jeferson ressaltou a necessidade de representatividade com qualidade.
196 Danilo informou que os agentes culturais têm vinculação direta com o PROFICE e as
197 eleições do conselho, além de compor uma base de dados e o agente faz parte do
198 cadastro. O conselheiro Jeferson sinalizou a importância de facilitar o acesso aos
199 agentes, melhorando a divulgação na prática para compor todas as cadeiras do
200 conselho. Questionou se é falta de presença do estado ou do próprio segmento que
201 não se articula. Complementou que as questões práticas não podem estar acima das
202 questões burocráticas, porque uma acaba anulando a outra e quanto mais burocrático
203 o Estado é, menos participação da sociedade se tem. Danilo cita que mesmo que os
204 conselheiros não sejam reeleitos, não afasta a participação deles como cidadãos nas
205 ações do governo de forma direta ou indireta na cobrança aos representantes. A
206 conselheira Elietti informou que as audiências públicas possibilitaram a realização de
207 um diagnóstico sobre as demandas regionais de cada área da cultura para a
208 elaboração do Plano Plurianual e, por consequência, na elaboração da Lei
209 Orçamentária Anual que garantirá recurso orçamentário para institucionalização dessa
210 unidade programática que tem como uma das atribuições fazer a articulação regional,
211 ou seja, estão previstos no PPA e na LOA recursos para viabilizar as reuniões por meio
212 dos fóruns regionais. O conselheiro Jeferson informa que o PPA é o mecanismo de
213 garantia para a próxima gestão, já que é feito a cada quatro anos, suplantando a atual
214 gestão. A conselheira Elietti ressaltou que parcerias com universidades visa auxiliar na
215 capacitação dos agentes públicos de cultura. O conselheiro Hélcio diz que participação
216 nas conferências é muito tímida. Há necessidade de criar uma maneira de convencer a
217 participação do cidadão, assim como a formação de plateia em todas as áreas para
218 garantir participação nas conferências e a formação de pautas. O Conselheiro
219 Leonardo comentou sobre o envolvimento do estado com os conselhos municipais
220 como um mecanismo, uma ponte para a formação de plateia. A conselheira Elietti
221 citou da necessidade do fortalecimento da cultura pelas políticas públicas. O
222 conselheiro Jeferson informa que a formação atual de pauta é muito política e que o
223 conselho deve pensá-la de forma conceitual política daqui para frente, que traga
224 questões macrorregionais e setoriais, deve atender obrigatoriamente esse espaço de
225 representação setorial, macrorregional e política muito mais com ações e respostas do
226 que com proposições. A conselheira Elietti esclareceu que a formação de pauta do
227 CONSEC, pela gestão atual leva em conta as demandas da gestão das políticas públicas
228 e a necessidade que se impõe de submeter às deliberações ou de informações julgadas
229 importantes a serem compartilhadas com os conselheiros e, lembrou que o Conselho
230 sempre pode, a qualquer tempo, sugerir temas para a pauta. A Conselheira Soraya
231 relatou a negação de festas de origem popular no interior do Estado e que a segurança
232 pública não pode definir o que é cultura, nem decidir quais eventos irão ou não
233 ocorrer. Comentou ainda que delegados e a polícia militar em função da higienização e
234 da segurança da população acabam impedindo que diversos eventos ocorram. O
235 conselheiro Deivid perguntou para a conselheira Soraya se a secretaria municipal de

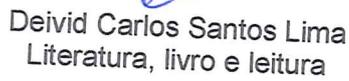
236 cultura está presente nesses locais e menciona eventos parecidos que ocorrem em
237 Londrina. A Conselheira Soraya propôs pensar soluções para as manifestações
238 populares para a garantia de direitos. Sugeriu que os fóruns discutam a viabilização de
239 manifestações populares. Leonardo apontou que se abram diálogos para discussão
240 junto a Secretaria de Segurança. A conselheira Elietti destacou como síntese da
241 reunião o encaminhamento das estratégias macrorregionais para implantação de
242 políticas públicas de cultura, fundamentado pelo Plano Estadual de Cultura por meio
243 dos Fóruns Regionais Permanentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente
244 ata, que vai assinada por mim, Adriane Santos, pela Conselheira e Secretária Geral do
245 CONSEC, Elietti de Souza Vilela, por Dr. Fabrício Ferreira, Diretor Geral da SECC e, nesta
246 reunião, na condição de presidente do CONSEC e pelos demais presentes.



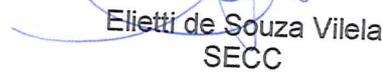
Adriane Santos
SEEC



Danilo Buss
SEEC



Deivid Carlos Santos Lima
Literatura, livro e leitura



Elietti de Souza Vilela
SECC



Fabrício Ferreira
SEEC



Hélcio Luiz Wendler Kowalesk
Campos Gerais



Jeferson Ayetta de Miranda
Audiovisual



Leonardo Franceschi Ferreira
Música



Soraya Lucas Amaral
Macrorregião Nordeste